



APRESENTAÇÃO

O Dossiê **Fronteiras e Migrações** reúne abordagens a partir de resultados de pesquisas que discutem essas temáticas, em especial, a relação entre concepções sobre fronteira e o fenômeno das migrações. A migração como fenômeno humano é um debate recorrente na História, sobretudo, se considerarmos os deslocamentos como estratégias de sobrevivência, de realizações e aspirações diversas e outras perspectivas de vida. Essas discussões se tornam emergentes quando dirigimos nossa atenção para situações pontuadas por crises financeiras, em maior ou menor grau, estado de guerra com várias conotações político-ideológicas ou étnicas, catástrofes e perseguições de diferentes naturezas e todas as formas de refúgios e exílios. Com a mesma densidade a temática “fronteiras” tem um formato caleidoscópico e, portanto, permite discussões abrangentes que, do ponto de vista epistemológico, abarca todos os campos do conhecimento em várias temporalidades.

As discussões e concepções sobre fronteira estão dispostas em um campo polissêmico de situações que abrange conceitos, vivências e experiências dos que habitam e dos que estudam os diversos espaços fronteiriços em várias dimensões. Tomando por base a escrita do historiador Arno Alvarez Kern (2016, p. 11) “o conceito de fronteira é utilizado a partir de uma escolha deliberada e racional, buscando respostas para os questionários científicos que estabelecemos sobre as situações limites, nos territórios onde sociedades e culturas diferentes se encontram e se confrontam”. Das vivências dos territórios (trans)fronteiriços ressaltam o caldo de culturas, as formas de sobrevivência, o pertencimento ao lugar e a constituição de múltiplas identidades.

Como acontecimento demarcador da existência humana e, em especial na atualidade, os fluxos migratórios são complexos e alguns deles se assemelham à calamidades demarcadas por dramas familiares, condições econômico-sociais adversas alocadas nos desdobramentos de uma economia global pontuada por uma distribuição desigual de rendimentos e de riquezas. Esse quadro produz cada vez mais restrições de

acesso aos bens indispensáveis às vivências humanas como, por exemplo, a falta de oportunidades de trabalho ou mesmo o subemprego e a sub-vivência. Os conflitos armados, a depuração étnica, a violação de direitos universais, perseguições e a ineficiência de governos e/ou a falta de políticas públicas capazes de acolher as populações mais vulneráveis também são razões para que contingentes populacionais se desloquem de um lugar para outro e para outros mais.

Nessa perspectiva, o mencionado dossiê apresenta seis textos. Em “Imigrantes e migradores: a fronteira em movimento” a historiadora Márcia Solange Volkmer analisa a densidade populacional na fronteira Brasil/Argentina a partir de correntes migratórias oriundas das províncias da Confederação Argentina e da Europa, além dos imigrantes brasileiros. As formas em que se estabelecem as relações transfronteiriças no espaço platino também são tratadas pela autora. Com o texto “Deslocamentos de ontem e de hoje na fronteira Brasil-Guiana: quem são os novos personagens (e as causas) da história atual?”, a antropóloga Mariana Cunha Pereira discute os deslocamentos contínuos e temporários que instituem vivências na fronteira do Brasil com a Guiana, tendo como fundamento os processos de colonização dos espaços fronteiriços desde o século XIX. O trabalho explora os sentidos das relações interétnicas situando-os nos panoramas socioeconômico e cultural para dar visibilidade às complexas questões de nacionalidade de ambos os lados da fronteira.

Em seguida, com o texto “Movilidad pendular transfronteriza de trabajadoras paraguayas entre Ciudad del Este (Paraguay) y Foz do Iguazu (Brasil)”, os autores Arnaldo González Aguilera e Pedro M. Staevie recorrem às fontes orais para abordar a costumeira travessia dos territórios fronteiriços entre Brasil e Paraguai – Ponte da Amizade –, privilegiando as atividades laborais femininas e as estratégias de sobrevivência familiar. No quarto texto intitulado “Deslocamentos humanos: brasileiros e bolivianos no painel da globalização e da imigração transfronteiriça” a historiadora Maria do Socorro S. Araújo traz uma discussão sobre os arranjos econômicos globais, ou seja, o processo de globalização e as contradições/desigualdades derivadas do mesmo, incluindo a divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, a autora situa e aborda os deslocamentos humanos na fronteira oeste Brasil-Bolívia destacando o fluxo de bolivianos que buscam a sobrevivência em territórios brasileiros. Da mesma forma, o texto apresenta a imigração do tipo pendular que habitualmente acontece no mesmo espaço transfronteiriço, onde brasileiros e bolivianos constroem um cotidiano para além das nacionalidades.

O texto do professor e historiador Carlos Edinei de Oliveira destaca os processos de colonização recente em Mato Grosso, na segunda metade do século XX, nos municípios de Tangará da Serra, Campo Novo dos Parecis e Sapezal, territórios tradicionalmente ocupado por diferentes povos indígenas. Esses espaços são ocupados por populações oriundas de diferentes lugares do Brasil, provenientes dos fluxos migratórios que compuseram a nova fronteira agrícola do centro oeste. O autor rastreia o movimento de colonização que iniciou na Era Vargas, passando pela política desenvolvimentista do governo Kubitschek e se efetivando durante e pós-ditadura civil-militar brasileira. Como fontes documentais, as abordagens se remetem às mensagens dos governadores de Mato Grosso, às propagandas imobiliárias publicadas em jornais e revistas e panfletos de prefeituras municipais.

Nessa perspectiva de discussões, por último, apresentamos o texto intitulado “Reflexões acerca da História de Sinop/MT: imigração e fronteira agrícola”, do professor e historiador Edison Antonio de Souza. Nesse trabalho, o autor faz uma leitura sobre a constituição da cidade enquanto espaço urbano decorrente da expansão da fronteira agrícola no Estado, durante a década de 1970, viabilizada como projeto originário de colonização. As abordagens versam sobre as condições políticas e econômicas com as quais as “cidades novas” se estabelecem no estado de Mato Grosso, destacando a relação direta com a economia do agronegócio.

Além do Dossiê, este número apresenta seis Textos Extras de autores de diferentes regiões e instituições brasileiras, contemplando estudos e debates acerca de questões como: revolução francesa, surdez e ensino de história, leprosários na Era Vargas, relatos orais de pracinhas e ensino de história, escravidão no sul do Brasil e pena de morte no Brasil Imperial.

O primeiro texto de autoria de Bruno Mesquita Falcetti com o título “*A revolução francesa: panorama histórico e os efeitos que moldaram a sociedade contemporânea*”, apresenta uma análise a respeito das consequências da Revolução Francesa para a sociedade contemporânea, tendo como referência de análise as seguintes questões: processo histórico de construção; aspectos sociais, relações de poder e estrutura dos Estados europeus na década de 1780; narrativa histórica; fatores que levam Napoleão Bonaparte a tornar-se o principal ator no pós-revolução e nas guerras e nova república, assim como os efeitos e influências da revolução francesa no ambiente internacional do século XIX.

O segundo texto, de autoria de Ernesto Padovani Netto, aborda uma questão crucial e pouco discutida na área da História. Com o título *“À margem da historiografia e sem acesso às aulas de História: cultura e identidade surda na luta pelas conquistas de direitos”*, o artigo apresenta um debate sobre a comunidade surda como um grupo de sujeitos históricos, vinculados por uma noção de identidade, mas não inclusos na historiografia e “excluídos” das aulas de história, em virtude da condição de surdos.

Já o terceiro artigo, de autoria de Ivan Ducatti e Terezinha Martins dos Santos Souza, apresenta um estudo acerca do tratamento dispensado aos leprosos no Brasil de Vargas. Com o título *“A prisão em nome da saúde: o isolamento compulsório em leprosários no Brasil de Vargas”*, os autores analisam o isolamento compulsório de portadores de hanseníase no Brasil a partir da década de 1930, destacando-a como um período marcado por fortes questões totalitárias, como o nazifascismo, influenciando o pensamento brasileiro e legitimando ações governamentais.

O quarto artigo *“O relato vivo como evidência para a aprendizagem de história, a partir de experiências com Pracinhas”*, de Jucilmara Luiza Loos Vieira, apresenta o resultado de um estudo desenvolvido com alunos do terceiro ano do ensino médio, sobre os pracinhas na segunda guerra mundial. Por meio de relatos orais de pracinhas, o estudo evidenciou a importância dos relatos para a formação da consciência histórica na relação entre passado, presente e futuro.

Por sua vez, o quinto artigo intitulado *“O negro na sociedade escravista do Alegrete oitocentista: trajetórias e lutas pela liberdade”*, de autoria de Márcio Jesus Ferreira Sônego, apresenta um estudo sobre as relações estabelecidas entre senhores e escravos em Alegrete no século XIX, com o objetivo de compreender as lutas empreendidas pelos escravizados em busca da liberdade.

Por último, o sexto artigo de autoria de Oseas Batista Figueira Junior, com o título *“Crime e castigo: pena de morte e a manutenção da ordem no Império Brasileiro (1830-1876)”*, apresenta um estudo sobre como a elite imperial atuou para enfrentar e conter as agitações populares que ocorreram no Brasil do séc. XIX, examinando as formas de controle social criadas e a eficácia de tais instrumentos de controle.

Desejamos à todos bons momentos de leitura e aprendizado!

Cáceres/MT, dezembro de 2017
Maria do Socorro de Sousa Araújo (UNEMAT)
Oswaldo Mariotto Cerezer (Editor)